

In: VOSS, Dulce Mari da Silva; JUNQUEIRA, Sonia Maria da Silva; SOUZA, Nathan Bastos de; KRACHECKE, Eliada Mayara Alves; SANTOS, Cleidson Ferreira dos; ROSA, Patrik Vaz. (Orgs). **A Pós-Graduação em Ensino e na Educação**: rede colaborativa de produção científica internacional. Porto Alegre: Triálogo, 2025.

**25 Anos de Pesquisa Sobre Privatização da Educação:
notas sobre mapeamento longitudinal em pesquisas
interinstitucionais e articulações de pesquisadores em rede**

DOI: 10.70513/posgrad-ensino-educ-2

*Theresa Maria de Freitas Adrião
Teise de Oliveira Guaranha Garcia*

Introdução

Este texto resulta do intento em apresentar o movimento de constituição de um dos Grupos de Pesquisa sobre política educacional, mais propriamente sobre a privatização da educação básica, mais consolidados do Brasil: o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE).

Partimos de publicação de 2012¹, na qual se apresenta a origem do Grupo na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Rio Claro e, na forma de narrativa, atualizamos a dinâmica que leva à criação da Rede Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização de Educação.

De forma complementar, apresenta-se a metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Grupo para efeito de realização dos objetivos previstos nas investigações de natureza interinstitucional que caracterizam nossa atuação. A esta metodologia denominamos de mapeamento longitudinal (Adrião, Borghi e Bertagna, Prelo). O intento, mais que discutir teoricamente pressupostos epistemológicos, é socializar uma construção histórica e, por conseguinte, dinâmica, que visa responder às questões de pesquisa definidas para cada contexto e período analisado.

Assim, o capítulo se divide em três partes: A primeira apresenta um histórico das atividades do GREPPE considerando sua institucionalização e as iniciativas desenvolvidas pelo Grupo genealogia do GREPPE. A segunda parte aborda aspectos centrais da metodologia por nós desenvolvida e, por fim, apresentamos os principais resultados dessas mesmas pesquisas.

GREPPE: histórico e desafios

O GREPPE tem origem no ano de 2003, no Departamento de Educação da UNESP de Rio Claro (SP) como alternativa para articular o interesse em pesquisas sobre políticas para a educação básica e a necessidade de trabalhar coletivamente, condição satisfeita quando Theresa Adrião, duas bolsistas de Iniciação Científica e uma estagiária recém-formada - Adriana Dragone Silveira - vinculam-se à pesquisa nacional (2001-2003), coordenada pelos professores Beatriz Luce, Lisete Arelaro e Romualdo Portela Oliveira, a respeito das consequências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

Em 2005, o GREPPE foi institucionalizado por meio de sua inscrição no Diretório de Grupos do CNPq sob a coordenação de Theresa Adrião e Teise Garcia. Nos anos seguintes, o grupo recebeu novos pesquisadores/as e assumiu sua natureza interinstitucional ao criar as seções da UNICAMP, USP-RP e, mais recentemente, da UNILA.

GREPPE: articulações e atuação política

Associando a produção acadêmica, de matriz crítica a políticas que descaracterizem o direito humano à educação e que subordinem os objetivos educativos a interesses corporativos ou mercantis, a iniciativas de divulgação científica e incidência política, o GREPPE organiza bienalmente, desde 2007, Seminários de Pesquisa. Com esta iniciativa, o Grupo assume o compromisso de constituir espaços de interlocução qualificada entre gerações de pesquisadores/as, de modo que permita o debate ampliado com investigadores/as de diferentes instituições e países sobre temas e abordagens assumidos pelo Grupo nas investigações em andamento.

A organização dos Seminários de Pesquisa do GREPPE se apresenta também como estratégia para formação de novos/as pesquisadores/as, por meio da integração de estudantes de graduação e pós-graduação das diferentes seções do Grupo na sua confecção. Além disso, o caráter itinerante adotado para sua realização induz à circulação interinstitucional desses jovens pesquisadores/as e estimula a criação de redes acadêmicas de estudantes.

Os seminários servem ainda à submissão das pesquisas em desenvolvimento ao crivo de pares, prática necessária à qualificação e adequação de aspectos teórico-

metodológicos durante a realização das investigações. O grupo também se manifesta em relação à conjuntura educacional via debate e aprovação de uma Declaração Pública ao final de cada Seminário de Pesquisa.

Em 2019, durante VI Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE e em parceria com a Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação, criou-se a Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe) (<https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pt-br>).

A atuação política do grupo, para além da ação coletiva e da organização dos Seminários, também envolve a participação em mobilizações em defesa da educação pública e a articulação com organizações da Sociedade Civil, com destaque para a Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (CLADE); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto; Ação Educativa; Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOPESP) e Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo. Com as organizações da sociedade civil realizamos interlocuções em forma de debates, palestras e mesas redondas; no envolvimento em pesquisas; na oferta de cursos e em manifestações públicas conjuntas.

A pesquisa de Tipo Mapeamento Longitudinal da Política educacional: gestão educativa, oferta educacional e currículo como dimensões em destaque

Temos desenvolvido pesquisas caracterizadas pelo acompanhamento sistemático e por longos períodos de fenômenos identificados e tipificados, mais recentemente, como formas de privatização da educação verificadas em redes públicas de ensino: municipais, estaduais e distrital. Tais formas, conforme Adrião (2018; 2022), Adrião e Garcia (2018) e Garcia (2018) são mais claramente identificadas em função da dimensão da política educativa diretamente afetada.

A definição dessas formas de privatização como categorias analíticas teve início em 2006 com o mapeamento (1996-2006) de três, na época, denominadas estratégias, de privatização da educação em municípios paulistas: subvenção pública para oferta de vagas em instituições privadas de educação infantil, aquisição de sistemas privados de ensino e contratação de assessoria privada para a gestão da educação municipal.

A adoção dos Sistemas Privados de Ensino (SPE) é entendida como uma:

A "cesta" que compõe os contratos firmados entre as prefeituras municipais e a iniciativa privada é integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas

pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas. Por essa razão, para além dos problemas pedagógicos derivados da adoção de material instrucional, em alguns casos desde a pré-escola, o que é importante destacar é o fato de que as empresas privadas passam, ao vender os chamados "sistemas de ensino", a interferir na gestão do próprio sistema escolar público local (Adrião *et al*, 2009, p. 806).

A segunda forma de privatização identificada como subvenção pública para provedor privado associou-se ao processo de municipalização do ensino fundamental iniciado, em 1998, por política do governo estadual paulista. Concentrou-se em municípios com mais de 50 mil habitantes e desde então, identificou-se movimento na direção de subsidiar instituições privadas de educação infantil com fins lucrativos, ainda que a maioria fosse filantrópica. A última forma de privatização mapeada foi assessoria para gestão educacional por fundações e institutos, com destaque para os Instituto Protagonistés e Ayrton Senna (Adrião *et al*, 2012).

Durante as duas décadas em que o grupo desenvolveu pesquisas sobre a privatização, os processos associados a esta problemática se complexificaram. As organizações privadas acentuaram sua incidência sobre a definição de prioridades para a educação em escala global (Silva; Oliveira, 2021; Robertson; Verger, 2012) e as perspectivas neoliberais são reforçadas por agendas governamentais assentadas na escolha parental. O cenário é ainda mais desafiador quando se considera o ingresso do capital financeiro e sua lógica predatória como o principal dinamizador das inovações digitais adotadas pelas escolas em todo o mundo, especialmente após a pandemia da Covid-19.

Na tentativa de captar e sistematizar as formas recentes de privatização da educação básica os mapeamentos longitudinais passaram a adotar tipificação mais detalhada. Conforme Adrião (2018; 2022), a privatização da oferta educacional operacionaliza-se, mais frequentemente, por meio de três formas: financiamento público (direta ou indiretamente) à oferta educacional por provedor privado, aumento das matrículas em estabelecimentos com fins de lucro e pela introdução de políticas ou programas de escolha parental: *voucher*, educação domiciliar ou matrícula aberta como nas escolas “charter/contratadas” (Adrião, 2018; 2022).

Já as formas de privatização da gestão da educação, tendo em vista o sentido assumido ao conceito de transferência de responsabilidade e de ativos para o atores privados (Benfield; Levin, 2004) são, segundo a autora, captadas em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, envolvendo a assunção por atores privados da gestão

educacional em caráter sistêmico – como quando da governança corporativa da educação pública e da adoção de parcerias público-privadas - e a privatização da gestão escolar, relativa à introdução de mecanismos de transferência da gestão no âmbito de unidades escolares específicas.

A última dimensão refere-se à privatização dos processos pedagógicos stricto sensu, envolvendo a incidência do setor privado sobre as relações entre professor/a, estudante e conhecimento e insumos curriculares (Adrião, 2018; 2022). Aqui são considerados programas de formação pedagógica, desenhos curriculares propostos por organizações privadas, compra ou aquisição de insumos pedagógico desenvolvidos pelo setor privado, digital e analógicos, bem como os sistemas privados de ensino (Adrião, 2018; Garcia; Adrião, 2023; Borghi, 2021).

Essas formas de privatização da educação básica são fundamentais para a definição dos descritores acionados para a localização e organização dos dados e informações no processo de pesquisa.

A partir de 2015, o mapeamento incorporou informações sobre as formas de contratação como base para a análise das condições de trabalho docente, posto que as políticas gerencialistas tendem a introduzir ou agravar a precariedade nas condições de trabalho docente (Venco, 2016; Drabach, 2018).

Os estudos de tipo mapeamento longitudinal apoiam-se também na manutenção de um mesmo protocolo para a seleção do que se vai coletar/inventariar, a elaboração dos instrumentos para tal inventário, bem como de similares ferramentas acionadas para organização e sistematização dos dados. O protocolo, por sua vez, assenta-se em referencial teórico que considera a privatização da educação como um conceito “guarda-chuva” que engloba processos e formas pelos quais organizações governamentais ou públicas transferem ativos, atividades, bens – inclusive intelectuais – e responsabilidades pela educação para particulares ou organizações privadas (Belfield; Levin, 2004).

Em relação aos aspectos que integram os mapeamentos, destacamos: natureza jurídico-administrativa das partes envolvidas, a identidade das organizações privadas que incidem sobre as dimensões da política educativa, a capilaridade dos programas operados ou propostos pelas organizações privadas para as redes públicas e o grau de incidência dessas organizações na proposição da política educacional.

Os resultados dos mapeamentos encontram-se disponíveis para consulta aberta na página institucional do GREPPE (UNICAMP) sob as denominações:

- Banco de dados sobre privatização da educação em municípios paulistas (Banco de dados sobre Privatização da educação em Municípios Paulistas);
- Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação (Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação).

RELAAPPE

No ano de 2019, por iniciativa do GREPPE, foi criada a Rede Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização, durante a realização do Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE (UNICAMP).

O objetivo da rede “é reunir reflexões e promover diálogos acerca dos processos e efeitos da privatização da educação, tendo por princípio a educação como direito humano fundamental e o fortalecimento dos sistemas públicos como premissa para sua concretização” (RELAAPPE).

Os membros fundadores da Relaaappe são pesquisadores e pesquisadoras latino-americanos africanos e estudiosos de outras regiões dedicados a estudos críticos sobre privatização da educação sob várias perspectivas teóricas e metodológicas.

Em 2024, a RELAAPPE realizou seu I Seminário de Pesquisa, ocorrido na UNICAMP de forma híbrida. Além de apresentar pesquisas em curso, os participantes discutiram estratégias para manutenção e visibilização da rede, mantida de forma totalmente voluntária pelos participantes.

Em 2025, juntamente com o IX Seminário de Pesquisa do GREPPE, organiza-se II Seminário RELAAPPE, mais um passo importante na construção de diálogo entre pesquisadores do sul global e sobre a educação nesta esfera do globo.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1648100>. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. 1. ed. Brasília, DF: Anpae, 2022. E-book.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. (Org.). **Privatização da educação brasileira**: inserção de atores privados nas redes estaduais de ensino. Curitiba: Editora CRV, 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 533-549, abr.-jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200011>.

BELFIELD, C.; LEVIN, H. **Education Privatization: Causes, Consequences, and Planning Implications**. Paris: UNESCO-IIPE, 2004.

BORGHI, R. F. Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 3, p. 2744-2758, 2021. DOI: 10.22633/rpge.v25i3.14903.

DRABACH, N. P. **Processos de provimento: exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas**. 2018. 265f. Tese - (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

GARCIA, T. (Org.). **Privatização da educação brasileira: inserção de atores privados nas redes estaduais de ensino**. Paraná: Editora CRV. 2018.

GARCÍA, T.; ADRIÃO, T. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. Profesorado, **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 81-102, 2023. DOI: 10.30827/profesorado.v27i1.26245

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012>.

SILVA, R. da; OLIVEIRA, J. A Parceria Global pela Educação e o Financiamento da Educação: países, atores e contribuições. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 11, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/113005>. Acesso em: 17 nov. 2024.

VENCO, S. PRECARIIDADES: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 72-90, nov. 2016.

Notas

¹ ADRIÃO, T. Notas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2012. DOI: 10.5380/jpe.v6i12.32275